

2019



RELATÓRIO ANUAL DE INVESTIMENTOS

Gerência de Operações e Planejamento – GOP
Gerência de Controle e Registro - GCR
Diretoria de Investimentos



Diretor Presidente

Sergio Aureliano Machado da Silva

Diretor de Investimentos

Aloisio Villeth Lemos

Diretor de Administração e Finanças

Elaine Costa da Assunção de Mello

Diretor Jurídico

Debora Fernandes de Souza Melo

Gerência de Operações e Planejamento

Alisson José Ramos Batista

Angela Maria Monteiro Pandolfo

Bruno Luis Lacerda dos Santos

Eduardo Alfradique de Oliveira

Flávio Carramanhos Werneck

Kelli Manhães Pessanha

Nícolás Ribeiro da Costa Cardoso

Pedro Daflon Fraiz

Rodrigo Santos Martins

Gerência de Controle e Registro

Camila Gomes Nunes

Cristiane Selem Ferreira Neves

Felipe Menezes da Silva

Helena Cordeiro Silva

Jairo Monteiro de Freitas

Jonathan Fernandes da Silva

Leonardo Monteiro Magalhães

Rômulo Tosta Gonçalves

Sumário

1. BOLETIM ECONÔMICO	4
1.1 ESTADOS UNIDOS	4
1.2 EUROPA	6
1.3 CHINA	7
1.4 COMMODITIES	8
1.5 BRASIL	8
1.5.1 ATIVIDADE PRODUTIVA	9
1.5.2 INFLAÇÃO	10
1.5.3 MERCADO DE TRABALHO	11
1.5.4 CRÉDITO	12
1.5.5 POLITICA MONETÁRIA	13
1.5.6 CENÁRIO FISCAL	13
2. FUNDO ADMINISTRATIVO	15
3. FUNDO FINANCEIRO	15
3.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15
4. FUNDO PREVIDENCIÁRIO	17
4.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17
4. POSIÇÃO CONSOLIDADA	19
5. IMÓVEIS	19
5.1 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	19
5.2 RETORNO DA CARTEIRA	21
5.3 GESTÃO DA CARTEIRA	23

1. BOLETIM ECONÔMICO

A seguinte seção tem como objetivo apresentar um panorama geral do cenário econômico internacional durante 2019, destacando as economias dos Estados Unidos, China, Europa e uma breve consideração acerca das commodities.

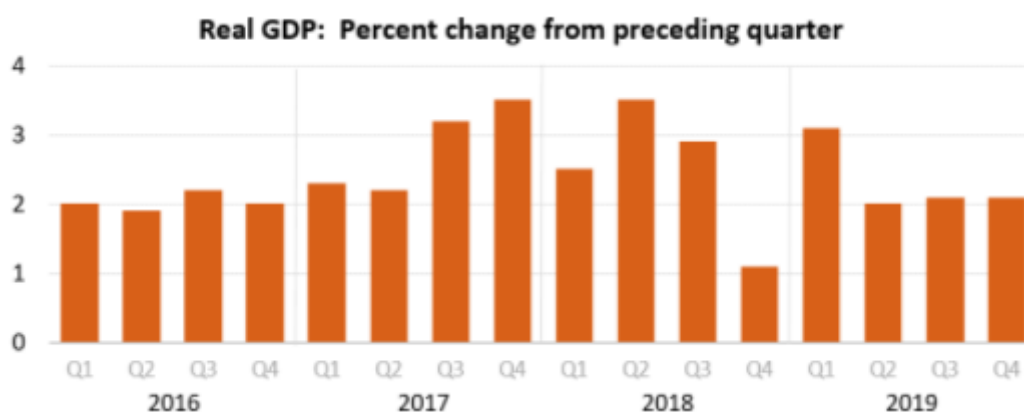
Segundo o IPEA, os meses iniciais de 2019 foram marcados por fortes incertezas e perda do dinamismo da economia global, dando continuidade ao movimento visto no final de 2018, que reverteu as expectativas de crescimento tanto para os países desenvolvidos, quanto para os países emergentes.

Dentre as principais fontes de incerteza, destacaram-se i) a guerra comercial entre China e Estados Unidos, que foi responsável pela desaceleração do comércio internacional; ii) a possibilidade de saída (Brexit) do Reino Unido da União Europeia, acirrando as incertezas políticas; e iii) às expectativas de desaceleração da economia mundial, em especial os Estados Unidos, somado ao risco de recessão na Europa e à redução do crescimento chinês.

1.1 Estados Unidos

Após comemorar, no início de 2019, o seu décimo aniversário de expansão econômica, a economia dos Estados Unidos fechou em desaceleração. Segundo o Departamento de Comércio (DoC), o Produto Interno Bruto (PIB) do país fechou em crescimento de 2,3%. No ano anterior, o crescimento havia sido de 2,9%, de acordo com os números revisados. O seguinte gráfico apresenta a variação do PIB em relação ao trimestre anterior no período de 2016 a 2019, ajustado sazonalmente, que mostra a desaceleração do crescimento do indicador ao longo do ano.

Gráfico 1 - Variação do PIB real em relação ao trimestre anterior



Fonte: U.S. Bureau of Economic Analysis (2019)

Segundo o Bureau of Economic Analysis – BEA, o destaque ficou com o crescimento dos gastos do consumidor, responsável por dois terços da atividade econômica, em especial para o primeiro trimestre de 2019 (+3,2%). No ano, o consumo pessoal aumentou 2,6%, com crescimento de 4,7% dos gastos com bens duráveis. Este aumento foi impulsionado pelo crescimento da renda pessoal disponível, que cresceu US\$ 127,4 bilhões, equivalente a 3,1%, no quarto trimestre; já a renda pessoal disponível aumentou 1,5% no período. Contudo, os gastos do consumidor desaceleraram alta no período frente a 2018, somados às quedas do investimento fixo não residencial e das exportações líquidas (+1,48%) no período¹. Em contrapartida, as importações também decresceram no período, fechando o ano em +1,0%. Também puxaram o crescimento do país os gastos públicos, que vem contribuindo positivamente para a atividade ao longo dos últimos quatro anos; em 2019, os gastos totais cresceram 2,3% e, no âmbito federal, cresceram 3,5%, de acordo com o Itamaraty.

Em relação ao mercado acionário, o IPEA destacou que o índice S&P 500 havia caído 20% no último trimestre de 2018, mas melhorou sua trajetória no início de 2019 ao crescer 13% no primeiro trimestre do ano.

Diante disso, a atuação do Federal Reserve Board (Fed) buscou atenuar os efeitos da desaceleração econômica, das incertezas diante do acirramento das disputas comerciais com a China e leve aceleração inflacionária em 2019. Importante destacar que a inflação, medida pelo Índice de Inflação Personal Consumption Expenditures (PCE) cresceu 1,6% em 2019, abaixo da meta de 2,0%, de acordo com a sua divulgação em janeiro. No primeiro trimestre

¹ Disponível em: < <https://www.bea.gov/news/2020/gross-domestic-product-fourth-quarter-and-year-2019-advance-estimate>>. Acesso em nov. de 2020.

do ano, a reunião do Comitê de Política Monetária (FOMC) iniciou a trajetória de mudança na condução da política monetária, prevendo um intervalo de 2,25 a 2,50% para os juros dos federal funds. Contudo, o Fed cortou sua taxa de juros três vezes no ano, encerrando os afrouxamentos monetários ao manter os juros entre de 1,5% e 1,75%.

O ano para os Estados Unidos se encerrou em meio à guerra comercial com a China, que impactou os investidores e a economia global. O protecionismo sustentado por Trump em relação às importações chinesas foi implementado por meio de tarifas de importações que, no segundo trimestre do ano, chegaram a passar de 5% para 25% sobre US\$ 60 bilhões em produtos norte-americanos. Em dezembro de 2019, foi anunciado um acordo parcial entre os países; contudo, as expectativas para 2020 sustentavam o prolongamento das disputas comerciais.

1.2 Europa

A Zona do Euro sofreu fortemente com a desaceleração econômica durante o ano de 2019. Segundo o Eurostat, os dados do Produto Interno Bruto (PIB) mostraram que a economia europeia cresceu apenas 0,1% no quarto trimestre em relação ao trimestre anterior. No ano, o crescimento foi de 1,0%. Importante destacar que este movimento de desaceleração se iniciou na abertura do ano; o primeiro trimestre de 2019 fechou em aumento de 0,4% ante o trimestre anterior e, em relação aos doze meses anteriores, cresceu 1,2%.

A economia do bloco foi bastante afetada pelas incertezas em relação ao Brexit e seus impactos na economia, além da acentuada desaceleração da economia italiana. O desemprego acelerou no ano, com a maior taxa de desemprego registrada em setembro (7,5%); contudo, apesar de elevada, a taxa ainda ficou menor do que a observada na crise de 2013 (12,1%), de acordo com o IPEA.

Para a Alemanha, uma das maiores potências da zona europeia, o primeiro trimestre de 2019 contou com crescimento de 0,4%, ante -0,2% e 0,0% registrados nos terceiro e quarto trimestres de 2018. Segundo a Comissão Europeia, a economia alemã cresceu 0,6% em 2019, sob fraca demanda externa e demanda interna amortecida por um volume menor de investimentos diante das incertezas quanto ao cenário econômico. Fortemente dependente das exportações de bens de capital, o país sofreu com as guerras comercial, segundo a Comissão Europeia.

A economia italiana, em meio à crise política, fechou o ano com crescimento de apenas 0,3%, vinda de significativa estagnação desde 2018. Em 2019, a maior preocupação se concentrou no cenário fiscal do país. No início do ano, já havia sinalização para desprezar as regras orçamentárias do bloco em 2020 em um período que a relação dívida/PIB estava em 132%.

Em relação à política monetária, o Banco Central Europeu (BCE) deliberou, em março, pela manutenção da taxa de juros no ano e decidiu implementar o refinanciamento de empréstimos bancários de longo prazo com o objetivo de estimular o crédito. Contudo, ao final do 4º trimestre em meio à perda de fôlego da atividade econômica e da queda da inflação (0,7% em outubro), permitiu um afrouxamento da política monetária do BCE; com isso, segundo o IPEA, a taxa de juros paga aos bancos para manterem seus recursos no BCE passou de -0,4% a.a. para -0,5% a.a., com manutenção das taxas para operações de refinanciamento e de empréstimos aos bancos em 0,0% e 0,25%, respectivamente.

1.3 China

O desempenho econômico da China sofreu significativa desaceleração em relação ao seu ritmo de crescimento diante de um ano marcado pela guerra comercial com os Estados Unidos e menor demanda doméstica com o surto de peste suína que aumentou a inflação e diminuiu os gastos dos consumidores. Segundo o Escritório Nacional de Estatísticas chinês, o PIB de 2019 avançou 6,1%, marcando a taxa de crescimento mais baixa em 29 anos e o ano menos dinâmico desde 1990 (+3,9%). Em 2018, o aumento do PIB foi de 6,6%. Apesar da queda, o PIB permanece acima da meta de crescimento de 6,0%-6,5% estipulada pelo regime de Xi Jinping.

Além disso, a produção industrial alcançou seu melhor resultado em nove meses ao crescer 6,9% no último trimestre. As vendas no varejo, responsáveis por medir o consumo no país, cresceram 8,0% em 2019, ante aumento de 9,0% em 2018. As exportações e importações subiram 7,6% e 16,3% em dezembro ante 1,3% e 0,3% em novembro, respectivamente, impulsionadas pelas perspectivas de resolução da disputa comercial com o anúncio de uma primeira fase do acordo com os Estados Unidos.

Em relação à política monetária, diante do baixo crescimento da produção industrial em julho, a política mudou de direção no terceiro após o Banco do Povo da China (PBoC) anunciar a taxa básica a ser praticada durante do mês, correspondendo à média dos juros

cobrados por dezoito bancos do país, excluindo as cotações mais alta e mais baixa. Contudo, a diretriz do governo para o próximo ano tem como objetivo manter uma política prudente para fazer frente às reformas financeiras, de acordo com o Banco Central chinês.

1.4 Commodities

O indicador principal de preços das commodities agrícolas, metálicas e energéticas, o Commodity Research Bureau (CRB) fechou o ano com variação negativa de -6,03% em dezembro e alta de 1,27% no acumulado para o ano.

O Índice de Commodities Brasil (IC-Br), calculado pelo Banco Central (BC) e responsável por medir o mesmo grupo de commodities com valor convertido em reais apresentou alta de 0,62% em dezembro e fechou o ano em variação positiva de 6,09%. Os três grupos variaram da seguinte forma: as commodities agropecuárias – dentre elas a carne de boi e porco, o algodão, o trigo, entre outras – cresceram 9,41%; as commodities metálicas (minério de ferro, alumínio, entre outras) subiram 1,62%; por fim, as commodities enérgicas (petróleo do tipo Brent, gás natural e carvão) variou negativamente em 1,82%.

Em relação ao petróleo, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção nacional cresceu 7,8% e atingiu 2,8 milhões de barris/dia. Diante disso, as exportações atingiram 1,2 milhão de barris/dia com crescimento anual de 4,4%, maior valor da série histórica. A produção dos membros das Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) caiu -5,3% (menos 2 milhões de barris/dia), enquanto países que não fazem parte do bloco aceleraram a produção em 3,9% (aumento de 1,9 milhões de barris/dia). Com isso, as reservas dos membros das Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) se mantiveram estáveis em 1,2 trilhão de barris, correspondente a 71,1% do estoque mundial.

1.5 Brasil

O ano de 2019 seguiu em uma trajetória de crescimento mais lenta que o desejável para o Brasil, seguindo o movimento de baixo crescimento de 2017 e 2018. Os dados para a atividade, dentre elas a produção industrial e de serviços, além do mercado de trabalho, reforçam esta narrativa.

As principais pautas do ano giraram em torno da questão fiscal e das expectativas de aprovação das reformas estruturais, com destaque para a Reforma da Previdência. O

desequilíbrio fiscal e a fraca resposta da atividade e do emprego foram apontados como fatores de aumento das incertezas e quedas das confianças de empresários e consumidores. Além disso, o cenário externo, sujeito às tensões comerciais entre Estados Unidos e China, prejudicou as contas externas do país, somando-se à forte valorização do dólar frente ao real diante do movimento de queda de juros externos.

1.5.1 Atividade produtiva

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil fechou o ano de 2019 em alta de 1,1%. O primeiro trimestre do ano fechou em queda de -0,2% ante último trimestre de 2018, fortemente impactado pela lenta resposta dos indicadores de atividade econômica.

Os principais indicadores mensais de atividade abriram o ano com quedas em relação ao mesmo período de 2018. Segundo o Ipea, a produção industrial variou negativamente em -2,6% em relação ao mesmo período de 2018, fortemente afetada pelo acidente na barragem de Brumadinho que reduziu a produção de minério de ferro e paralisou a indústria extrativa. No período, a indústria de transformação também não apresentou crescimento satisfatório, acumulando queda de -1,1% nos primeiros meses do ano diante da recessão da Argentina, que é o país que mais compra produtos manufaturados do Brasil, especialmente bens intermediários que são incorporados à cadeia produtiva industrial do país. Com isso, o setor industrial encerrou o ano com crescimento de apenas 0,5%, puxado positivamente pela recuperação gradual das indústrias extrativas, em especial para o setor de petróleo, e negativamente pela construção civil.

O comércio e a atividade no setor de serviços também perderam dinamismo na abertura do ano, mesmo que acima do desempenho da indústria. Contudo, no fechamento do ano, o setor de serviços acelerou alta de forma generalizada pelo setor no último trimestre do ano (+0,6%) e acumulou alta de 1,3% em 2019.

Importante destacar que o crescimento do PIB foi significativamente motivado pelo aumento do consumo das famílias, com crescimento de 2,1%. O investimento em formação bruta de capital fixo (FBCF), no entanto, registrou baixa de -0,4% diante da elevada ociosidade do país. Somado a isso, as exportações líquidas contribuíram negativamente para o PIB. A tabela a seguir representa a variação das taxas de crescimento do PIB de acordo com seus componentes de demanda.

Tabela 1 - PIB e componentes de demanda: evolução das taxas de crescimento (em %)

	Trimestre/trimestre anterior dessazonalizado				Trimestre/Igual trimestre do ano anterior				Acumulado	
	1T19	2T19	3T19	4T19	1T19	2T19	3T19	4T19	No ano	Em quatro trimestres
PIB a preços de mercado	0,0	0,5	0,6	0,5	0,6	1,1	1,2	1,7	1,1	1,1
Absorção interna (demanda interna final + var. de estoques)	0,4	1,4	1,0	-0,4	0,6	1,4	2,3	2,4	1,7	1,7
Demanda interna final	0,3	0,4	0,9	-0,3	1,2	1,8	1,4	1,3	1,4	1,4
Consumo total	0,5	0,2	0,5	0,4	1,2	1,2	1,1	1,7	1,3	1,3
Consumo das famílias	0,6	0,2	0,7	0,5	1,5	1,8	1,9	2,1	1,8	1,8
Consumo do governo	0,6	-0,3	-0,4	0,4	0,0	-0,7	-1,4	0,3	-0,4	-0,4
FBCF	-0,8	2,6	1,3	-3,3	1,1	5,4	2,9	-0,4	2,2	2,2
Exportações de bens e serviços	-4,5	-1,8	-2,1	2,6	-1,6	1,3	-4,4	-5,1	-2,5	-2,5
Importações de bens e serviços	1,2	0,4	1,7	-3,2	-2,3	4,9	2,2	-0,2	1,1	1,1

Fonte: IBGE.

Elaboração:
Conjuntura da
(2020).

mai/1 jul/1 set/1 nov/1 jan/1 mar/1 mai/1 jul/1 set/1 nov/1 jan/1 mar/1 mai/1 jul/1 set/1 nov/1 jan/2

— Administrados — Serviços — Alimentos — Bens industriais

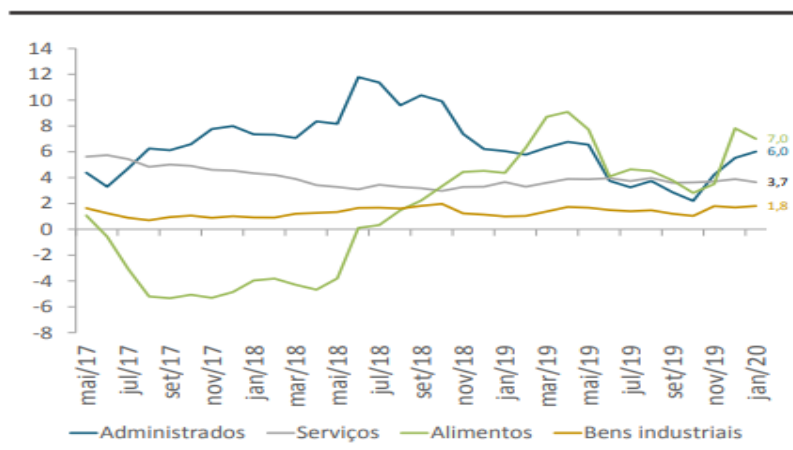
Grupo de
Dimac/Ipea

1.5.2 Inflação

O cenário inflacionário do país no início de 2019 apresentava pequenos choques inflacionários, com relativa estabilidade dos preços e em patamar inferior à meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Apesar da pressão inflacionária puxada pelos preços dos alimentos, em especial os preços das carnes, a inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou crescimento de 4,31% no ano. O gráfico a seguir apresenta a taxa de variação do IPCA acumulada em doze meses separado em categorias. Nele, observa-se que somente os preços administrados seguiram em alta e que a forte aceleração registrada no primeiro trimestre de 2019 perdeu intensidade ao longo do ano, fechando o índice em aceleração de 7,8%. Os serviços livres e bens industriais seguiram trajetória de estabilidade durante o ano, acumulando em doze meses 4,0% e 2,0%, respectivamente.

Gráfico 2 – Taxa de variação acumulada em doze meses do IPCA por categorias (em %)



Com isso, a inflação de 2019 terminou o ano acima do centro da meta de inflação, de 4,25% com limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo (entre 2,75% e 5,75%). A maior contribuição veio do grupo de alimentos (+6,37%), cujos preços cresceram com o aumento das exportações, em especial de carne (+32,40%), para a China e significativa desvalorização do real.

1.5.3 Mercado de trabalho

O início do ano para o mercado de trabalho foi marcado por elevado desemprego diante do baixo dinamismo da atividade econômica. No primeiro trimestre, foi observado uma desaceleração da ocupação e do rendimento médio real e da massa real de rendimentos. Além disso, destaca-se o aumento do indicador de informalidade.

Contudo, ao longo do ano, foi observado um movimento de aumento do consumo como principal fator de crescimento da economia, tendo como responsável a recuperação gradual do mercado de trabalho combinado à expansão do crédito com redução de juros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação no país no quarto trimestre de 2019 foi de 11,0%, caindo 0,8 p.p. em relação ao trimestre de julho a setembro (11,8%). No ano, a taxa média anual caiu de 12,3% em 2018 para 11,9% em 2019.

Apesar do aumento da taxa de ocupação em relação ao início do ano, cabe destacar que a informalidade – categoria que contempla a força de trabalho sem carteira assinada, empregador sem CNPJ, trabalhador familiar auxiliar, trabalhadores domésticos sem carteira,

entre outros – cresceu ao maior nível em quatro anos. Em 2019, este contingente atingiu 41,1% da população ocupada (38,4 milhões de pessoas).

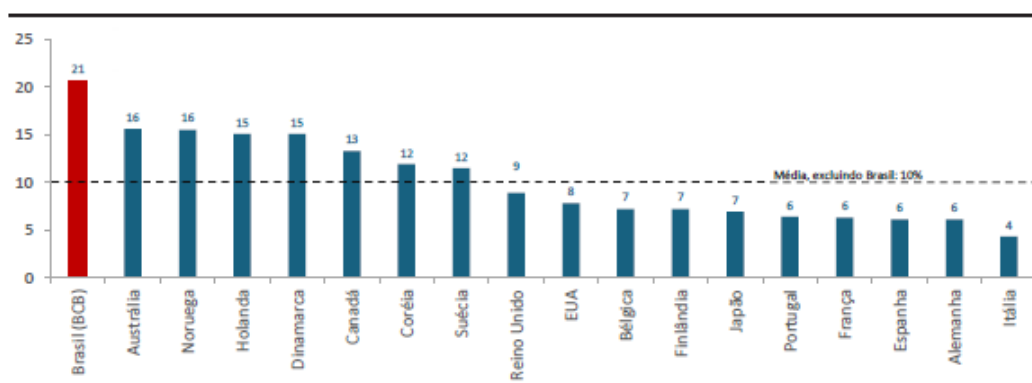
Por fim, o rendimento médio real dos trabalhadores ficou em R\$ 2.300 em 2019, somente 0,4% acima do nível observado em 2018, segundo o IBGE.

1.5.4 Crédito

O quarto trimestre de 2019 confirmou a trajetória de expansão do crédito para as famílias e empresas com a redução das taxas de juros, além do fortalecimento do financiamento via mercado de capitais. De acordo com o Ipea, cresceram os empréstimos com recursos livres, sobretudo para as pessoas físicas (PFs), que cresceu 13,4% em outubro em termos reais ante a mesma base de comparação para 2018; com isso, as concessões de empréstimos para as PFs atingiram o valor de antes da recessão. O crédito para pessoa jurídica, por sua vez, cresceu 7,2% no mesmo período, ainda baixo do patamar de antes da recessão. O gráfico a seguir mostra a variação dos recursos livres para PFs e PJs.

Em relação ao endividamento das famílias, no período os indicadores que mostram o endividamento como proporção da renda e do seu comprometimento com o serviço da dívida se mostraram bem comportados. Na comparação com o endividamento internacional, o endividamento das famílias brasileiras ainda é pequeno mesmo com alto comprometimento da renda, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida (em %)



Fonte: BCB e Bank for International Settlements (BIS)
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

Em relação às empresas, há um gradativo processo de substituição do crédito direcionado às Pessoas Jurídicas pelo acesso ao mercado de capitais por meio de títulos privados, com crescimento significativo do saldo de debêntures e notas comerciais.

1.5.5 Política monetária

A combinação entre um cenário de inflação bem-comportada e baixo crescimento da atividade econômica abriu espaço para reduções das taxas de juros. Importante destacar que a taxa básica de juros – Selic permanecia, no início do ano, em 6,5% a.a. Diante disso, o Comitê de Política Monetária (Copom) iniciou o ano apontando em comunicado a existência de tendências baixistas da atividade além do ritmo esperado e de pouca possibilidade de riscos relativos à aceleração da inflação. Contudo, os riscos relacionados ao cenário fiscal permaneciam em destaque.

A ancoragem das expectativas de inflação em torno das metas fixadas permitiu ao Banco Central a utilização de sua estratégia de redução da taxa básica de juros, que encerrou o ano em 4,5% ante 6,5% na abertura do ano. Segundo o Ipea, o processo de redução da taxa de juros a partir de julho permitiu o alinhamento da taxa de câmbio que sofreu desvalorização de 13,3% no ano, atingindo R\$ 4,10/US\$.

1.5.6 Cenário fiscal

Segundo o Ipea, 2019 foi marcado por dois momentos distintos em relação ao cenário fiscal: no primeiro, até julho, houve uma grande redução das despesas discricionárias com o forte ajuste no orçamento devido à baixa expectativa de crescimento do PIB em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA); a partir de julho, o espaço para as despesas administradas e não administradas foi revisado e os contingenciamentos de gastos foram revertidos.

Nesse sentido, de acordo com o Ipea, o setor público consolidado (SPC) apresentou déficit primário de 0,9% do PIB; em relação ao ano anterior, a queda foi de -1,6% do PIB. O governo central contribuiu com 0,5 p.p. na queda de 0,7 p.p. do PIB diante da queda de seu déficit primário de -1,7% para -1,2% do PIB para a mesma base de comparação. Os governos regionais e empresas estatais aumentaram seus superávits em 0,21% e 0,16%, respectivamente. A carga de juros sobre a dívida pública líquida, por sua vez, também caiu;

no período, passou de 5,4% do PIB em 2018 para 5,1% do PIB. Com isso, a combinação entre queda do déficit primário e redução dos juros sobre a dívida permitiu uma queda de 7,1% para 5,9% do PIB para o déficit nominal. A seguinte tabela resume estes resultados de acordo com as esferas do governo.

Tabela 2- Resultado fiscal de acordo com o critério "abaixo da linha" (em % do PIB)

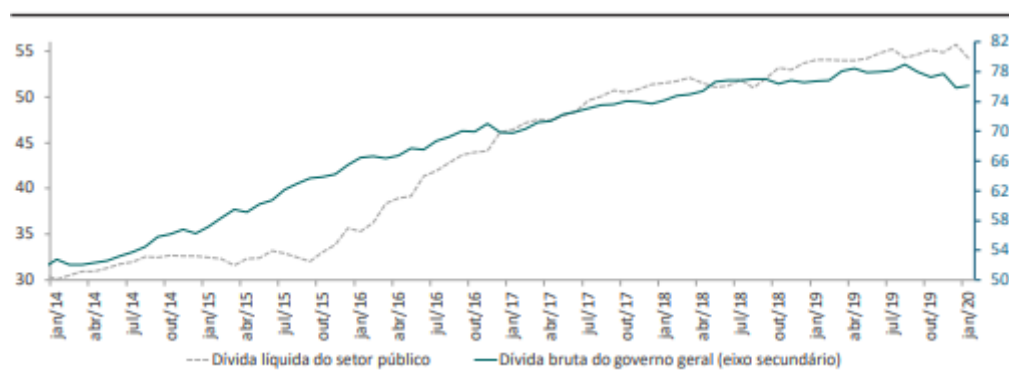
Período	No ano		Acumulado em doze meses	
	2018	2019	Até jan./2019	Até jan./2020
Primário	-1,6	-0,9	-1,6	-0,7
Governos central	-1,7	-1,2	-1,7	-1,1
Subnacional	0,1	0,2	0,1	0,2
Estatais	0,1	0,2	0,1	0,2
Juros	-5,4	-5,1	-5,3	-5,3
Nominal	-7,1	-5,9	-6,9	-6,0

Fonte: BCB

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

O gráfico a seguir mostra a evolução da dívida líquida do setor público consolidado (SPC) e da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG). Enquanto a dívida líquida do SPC cresceu 55,7% (2,0 p.p. em relação a 2018), a DBGG caiu de 76,5% do PIB para 75,8% do PIB de 2018 para 2019. Nesse sentido, o crescimento da economia foi responsável pelo incremento de 3,8 p.p. na redução da dívida como proporção do PIB.

Gráfico 3 - Evolução da dívida líquida do SPC e da DBGG (em % do PIB)



Fonte: BCB

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

2. FUNDO ADMINISTRATIVO

Em agosto de 2019 foi criado a Fundo Administrativo, com a finalidade de custear as despesas administrativas da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

A Lei Federal nº 9.717/98, em seu artigo 6º, inciso VIII, combinado com o artigo 9º, inciso II, determinou que os entes federativos deveriam estabelecer limites para gastos com a despesa administrativa em conformidade com os parâmetros gerais determinados pelo Ministério da Previdência Social - MPS.

No uso dessas atribuições legais, o MPS tem estabelecido o limite para a taxa de administração em até 2% (dois por cento) do valor da remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos segurados vinculados ao RPPS, referente ao exercício financeiro anterior.

Toda essa legislação que rege o regime próprio de previdência social veda o desvio de finalidade dos recursos previdenciários, ou seja, os recursos do RPPS somente poderão ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários, da compensação financeira de que trata a Lei Federal nº9.796/99 e da despesa administrativa da unidade gestora.

Necessário salientar que despesa administrativa é aquela necessária ao funcionamento do regime próprio de previdência social, seja com telefone, água, energia, aluguel, materiais de expediente, vencimentos de servidores da unidade gestora e os respectivos encargos tributários, trabalhistas e ainda com a contratação de serviços como o de contabilidade e de assessorias.

3. FUNDO FINANCEIRO

3.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A estratégia de alocação de recursos é estabelecida anualmente no Plano Anual de Investimentos (PAI), documento elaborado pela Diretoria de Investimentos do Fundo, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração e publicado no site do Rioprevidência, sempre antes do início do exercício a que se refere. Esse

Plano segue a legislação em vigor e estabelece diretrizes, objetivos e limites para os investimentos.

Mensalmente, o Comitê de Investimentos se reúne para definir a estratégia de alocação de recursos para o mês seguinte, realizando os ajustes necessários frente às alterações da conjuntura econômica e das expectativas em relação ao futuro. As decisões de investimento da Diretoria de Investimentos estão restritas às determinações do PAI e do Comitê de Investimentos.

Conforme definido no PAI, as aplicações financeiras do Fundo Financeiro em 2018 se concentraram em ativos com baixa volatilidade devido a constante saída de recursos do caixa. Ou seja, o Fundo deve ter o mínimo possível de exposição ao risco de mercado.

Portanto, o Rioprevidência aloca seus recursos, principalmente, em cotas de fundos de investimento referenciados DI ou de renda fixa considerados de baixo risco de crédito, com lastro predominantemente em títulos públicos federais.

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras da Autarquia totalizavam R\$ 183,4 milhões investidos em fundos de investimento. Esses fundos em que o Rioprevidência alocou os recursos são do tipo referenciado DI, isto é, com rentabilidade atrelada à taxa de juros pós-fixada de um dia, e do tipo Renda Fixa, com o DI como parâmetro de rendimento.

Tabela 03: Alocação de Recursos

Fundo de Investimento		Fundo Financeiro				
Nome	CNPJ	Saldo em	Mês	Ano	12 meses	Taxa Adm.
		31/12/2019				
						% a.a.
Caixa - FI Brasil TP RF LP	05.164.356/0001-84	127,76	0,38%	5,91%	5,91%	0,20
BB Referenciado	11.046.645/0001-81	43,42	0,37%	5,85%	5,85%	0,10
Bradesco - Premium DI	03.399.411/0001-90	2,83	0,37%	5,83%	5,83%	0,20
Itaú Institucional	00.832.435/0001-00	2,65	0,33%	5,76%	5,76%	0,18
Bradesco - Federal Extra	03.256.793/0001-00	2,05	0,36%	5,78%	5,78%	0,15
Itaú Soberano	06.175.696/0001-73	1,93	0,36%	5,81%	5,81%	0,15
Santander FIC REF DI	02.224.354/0001-45	1,51	0,37%	5,81%	5,81%	0,20
Caixa - FI Brasil DI	03.737.206/0001-97	0,81	0,35%	5,72%	5,72%	0,20
BB Institucional	02.296.928/0001-90	0,22	0,37%	5,83%	5,83%	0,20
Santander Corporate	03.069.104/0001-40	0,18	0,35%	5,77%	5,77%	0,20
Bradesco RF REF DI LP	00.975.480/0001-06	0,01	0,36%	5,76%	5,76%	0,15
BTG Master Cash	09.215.250/0001-13	0,00	0,36%	5,77%	5,77%	0,20
BB Perfil	13.077.418/0001-49	0,00	0,35%	5,74%	5,74%	0,20
BB Perfil	13.077.418/0001-49	0,00	0,35%	5,74%	5,74%	0,20
TOTAL		183,37				Valores em R\$ milhões

4. FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Em 2012, o Estado do Rio de Janeiro promoveu uma reforma do sistema de previdência dos servidores públicos estaduais, com o objetivo de, no longo prazo, zerar o déficit atuarial: a previdência complementar e a segregação de massa para quem ingressar no serviço público a partir da data de 04 de setembro de 2013. O sistema previdenciário para estes servidores passou a funcionar da seguinte forma: as contribuições sobre os rendimentos até o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) devem ser destinadas a um fundo previdenciário, cuja gestão segue a forma de sistema de capitalização e é administrado pelo Rioprevidência; as contribuições sobre os valores que excederem o teto do RGPS são facultativas e devem ser destinadas a uma entidade fechada de previdência complementar – RJPREV.

4.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Assim como o Fundo Financeiro, as decisões de investimento da Diretoria de Investimentos para o fundo previdenciário estão restritas às determinações do PAI e do Comitê de Investimentos.

O Fundo Previdenciário iniciou a fase de acumulação em 2014 e, conforme definido no PAI, os recursos foram alocados de forma a proporcionar diversificação e aumento do retorno por meio de alongamento do prazo médio da carteira de investimentos.

Com o objetivo de proporcionar maior diversificação à carteira do Fundo Previdenciário ao longo do ano de 2019, promoveram-se aplicações em diferentes fundos de investimento que apresentaram relação risco-retorno compatíveis com as diretrizes de investimento definidas. Foram aplicados recursos em fundos de investimento referenciados em IRFM, IDKA, fundos referenciados em IMA B abertos, além do aumento da posição alocada em fundos de estratégia mista, tendo em vista que as aplicações dos anos anteriores se concentraram em fundos fechados referenciados em IMA B com carteiras compostas por títulos públicos federais NTN-B, destacando-se, no entanto, os diferentes prazos de vencimento.

Apesar da maior diversificação verificada no ano de 2019, a maior parte dos recursos que compõem o Fundo Previdenciário permanece alocada em fundos fechados referenciados em IMA B.

Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras do Fundo Previdenciário totalizavam R\$ 1,6 bilhões, investidos nos fundos relacionados na tabela abaixo.

Tabela 4: Alocação de Recursos

Fundo de Investimento		Fundo Previdenciário				
Nome	CNPJ	Saldo em	Mês	Ano	12 meses	Taxa Adm.
		31/12/2019				
						% a.a.
Itaú Inflação 5	09.093.819/0001-15	235,99	1,22%	12,87%	12,87%	0,18
Caixa Brasil 2024 IV	20.139.595/0001-78	171,22	1,49%	17,50%	17,50%	0,20
Itaú Instucional DI	00.832.435/0001-00	140,22	0,33%	5,76%	5,76%	0,18
Santander FIC FI	02.224.354/0001-45	137,06	0,37%	5,81%	5,81%	0,20
Santander FIC IMA B	14.504.578/0001-90	110,50	1,98%	22,58%	22,58%	0,20
Santander FIC IMA B-5	13.455.117/0001-01	93,93	1,22%	12,90%	12,90%	0,10
Bradesco IDKA	24.022.566/0001-82	79,43	0,54%	11,60%	11,60%	0,20
Caixa IDKA IPCA 2	14.386.926/0001-71	70,69	1,10%	11,19%	11,19%	0,20
BB Prev TP RF IPCA I	19.303.793/0001-46	65,93	1,18%	14,15%	14,15%	0,15
Caixa Brasil 2030 III	20.139.534/0001-00	64,41	1,10%	23,22%	23,22%	0,20
BB IDKA 2	13.322.205/0001-35	54,09	1,15%	11,20%	11,20%	0,20
BB Prev TP RF IPCA	15.486.093/0001-83	46,14	1,45%	15,72%	15,72%	0,15
Caixa IMAB TP RF	10.740.658/0001-93	39,62	1,99%	22,59%	22,59%	0,20
Caixa Brasil 2020 IV	21.919.953/0001-28	37,66	0,78%	8,66%	8,66%	0,20
BB IMAB 5	03.543.447/0001-03	34,88	1,19%	12,89%	12,89%	0,20
Caixa Brasil 2024 VI	22.791.074/0001-26	34,30	1,49%	17,51%	17,51%	0,20
BB Prev TP RF IPCA XI	24.117.278/0001-01	29,15	1,18%	14,07%	14,07%	0,20
BB IRF-M	07.111.384/0001-69	29,04	0,60%	11,79%	11,79%	0,20
Caixa Brasil TP RF LP	05.164.356/0001-84	26,89	0,38%	5,91%	5,91%	0,20
Bradesco - Premium DI	03.399.411/0001-90	22,91	0,37%	5,83%	5,83%	0,20
BB Ref DI TP	11.046.645/0001-81	22,01	0,37%	5,85%	5,85%	0,10
BB Prev TP RF IPCA X	20.734.931/0001-20	20,46	1,19%	13,85%	13,85%	0,20
Caixa Brasil 2020 III	20.139.342/0001-02	20,08	0,78%	8,64%	8,64%	0,20
Bradesco IMAB 5	20.216.216/0001-04	14,43	1,23%	12,92%	12,92%	0,20
BB Prev TP RF IPCA VI	19.523.306/0001-50	7,54	1,28%	15,21%	15,21%	0,20
BB Perfil	13.077.418/0001-49	7,05	0,35%	5,74%	5,74%	0,20
TOTAL		1619,50				Valores em R\$ milhões

Fonte: GOP

O retorno dos investimentos do Fundo Previdenciário deve ser igual ou superior à meta atuarial que é INPC + 5,0% a.a.

A estratégia dos gestores desta Autarquia para buscar a meta atuarial foi influenciada por dois fatores: (i) a manutenção da trajetória de queda da taxa básica de juros da economia ao longo do ano de 2019, com perspectiva de queda maior para o ano seguinte; (ii) baixo volume de disponibilidades em comparação com a despesa mensal, sendo prudente investir os recursos em aplicações com baixa volatilidade, normalmente com rentabilidade atrelada à taxa de juros de um dia (SELIC).

O desenho acima cria dois vetores: por um lado, a priorização de investimentos de médio e longo prazo para grande parte dos recursos; e, por outro lado, a manutenção de uma pequena parcela de recursos mais líquidos para constituição de cobertura de liquidez.

4. POSIÇÃO CONSOLIDADA

Os investimentos no ano de 2019, considerando a posição consolidada dos fundos financeiro e previdenciário, respeitaram todos os limites definidos no Plano Anual de Investimentos.

De acordo com a resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, e suas alterações, que dispõem sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, os limites de aplicação são apurados da forma apresentada abaixo, somando-se as aplicações financeiras dos Fundo Financeiro e Previdenciário.

Na tabela abaixo apresentamos a rentabilidade e meta atuarial da carteira do Rioprevidência desde sua criação até o ano de 2019:

Tabela 5: Rentabilidade

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Resultado do Ano
2014	0,40%	0,79%	1,28%	1,78%	1,97%	0,66%	0,95%	1,40%	0,57%	1,03%	1,67%	-0,19%	13,01%
INPC+5%aa	1,06%	1,03%	1,19%	1,17%	1,01%	0,65%	0,58%	0,59%	0,92%	0,83%	0,92%	1,05%	11,56%
2015	1,70%	0,65%	1,06%	2,23%	2,26%	0,14%	0,17%	-2,34%	-0,26%	1,90%	1,03%	1,92%	10,88%
INPC+5%aa	1,89%	1,51%	1,94%	1,10%	1,38%	1,18%	1,03%	0,66%	0,92%	1,18%	1,50%	1,33%	16,79%
2016	1,92%	2,60%	3,49%	3,30%	0,41%	1,13%	1,95%	1,24%	1,22%	0,49%	-0,09%	-0,49%	18,49%
INPC+5%aa	1,90%	1,32%	0,87%	1,03%	1,39%	0,90%	1,05%	0,76%	0,49%	0,56%	0,46%	0,57%	11,89%
2017	1,51%	4,19%	1,28%	0,12%	-0,32%	0,40%	3,05%	1,17%	1,26%	0,18%	-0,27%	0,70%	13,98%
INPC+5%aa	0,85%	0,59%	0,77%	0,43%	0,79%	0,11%	0,58%	0,42%	0,37%	0,78%	0,57%	0,65%	7,11%
2018	1,77%	0,82%	1,24%	0,30%	-1,02%	0,34%	1,26%	0,13%	0,36%	2,45%	0,39%	1,10%	9,50%
INPC+5%aa	0,66%	0,53%	0,48%	0,62%	0,84%	1,84%	0,68%	0,45%	0,67%	0,83%	0,14%	0,53%	8,56%
2019	1,50%	0,63%	0,64%	1,00%	1,69%	1,94%	0,92%	0,10%	1,67%	1,69%	-0,54%	1,08%	13,01%
INPC+5%aa	0,79%	0,93%	1,14%	1,01%	0,58%	0,38%	0,55%	0,55%	0,36%	0,49%	0,93%	1,63%	9,73%

5. IMÓVEIS

5.1 Composição da Carteira

A carteira imobiliária do Rioprevidência iniciou o período de 2019 com 237 registros imobiliários. Estes imóveis foram incorporados ao patrimônio do fundo com a finalidade, conforme a Lei Estadual 3.189/99, de capitalizar o Fundo, visando garantir o pagamento de benefícios previdenciários atuais e futuros.

Visando à obtenção de renda e liquidez, o Rioprevidência iniciou no ano de 2010 o processo de venda de ativos Imobiliários. Prosseguindo com essa estratégia, no ano de 2019 foram realizadas diversas licitações de venda de imóveis. Durante o ano de 2019 foram assinadas 03 escrituras de compra e venda, além das alienações houve a baixa de 02 imóveis que se encontram com titularidade em nome do Município do Rio de Janeiro, a identificação desta divergência registral somente foi possível devido ao

trabalho contínuo de atualização cadastral do ativo imobiliário, continuando assim o processo de dar liquidez à carteira imobiliária do Fundo, que passou a ser composta por 231 imóveis, conforme tabela a seguir:

Tabela 6: Carteira Imobiliária

Carteira Imobiliária		
	Quantidade	%
Terreno	139	60%
Imóvel Comercial	56	24%
Imóvel Residencial	11	5%
Imóvel Uso Próprio	25	11%
Total	231	100 %

Fonte: GAI

As vendas realizadas só neste último ano resultaram em ingressos financeiros de aproximadamente R\$ 5,03 milhões no Fundo.

Mesmo diante da quantidade de imóveis vendidos e baixados durante o ano de 2019, o valor patrimonial da Carteira Imobiliária teve um aumento de aproximadamente R\$ 28 milhões durante o exercício, justificada principalmente pela reavaliação imobiliária de alguns dos imóveis pertencentes ao fundo. Desta forma, a carteira do Fundo encerrou o ano avaliada em R\$ 399 milhões.

Tabela 7: Valor da carteira imobiliária sob a gestão do Fundo

Carteira Imobiliária			
Ano/Período	Quantidade	Valor Patrimonial (R\$ - Milhões)	Variação
2003-2006	460	185	-
2007	949	320	72%
2008	948	460	43%
2009	930	422	-9%
2010	368	333	-21%
2011	306	205	-38%
2012	296	236	-13%
2013	322	268	13%
2014	314	288	7%
2015	302	382	32%
2016	241	372	-5%
2017	234	300	-24%
2018	242	371	24%
2019	231	399	+7%

Fonte: GAI

5.2 Retorno da Carteira

A arrecadação da carteira imobiliária ficou praticamente estável no ano de 2019, que é considerado um fato positivo, dado que tivemos diversas devoluções de imóveis ao longo dos últimos anos e que o mercado imobiliário ainda não retornou aos níveis pré-crise.

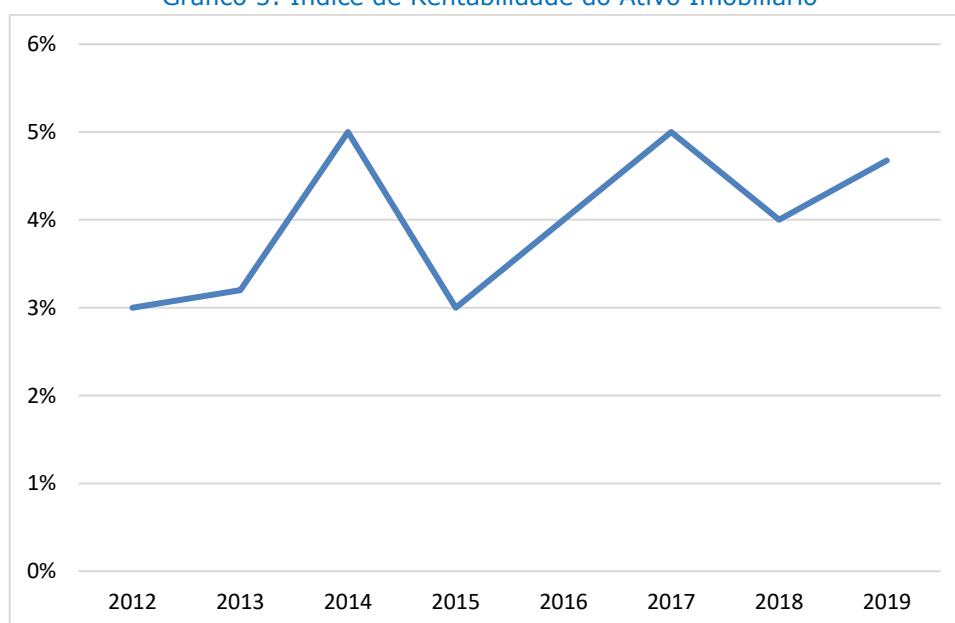
Gráfico 4: Arrecadação da Carteira Imobiliária



Fonte: GAI

Seguindo a política de investimentos estabelecida, o Fundo deu continuidade a uma série de ações de gestão incluindo licitações para ocupação de imóveis e procedimentos para pagamento de débitos de Taxas de Ocupação de exercícios anteriores, fazendo com que a rentabilidade desse ativo em 2019 se mantivesse praticamente estável, com uma pequena variação.

Gráfico 5: Índice de Rentabilidade do Ativo Imobiliário



Fonte: GAI

Com as devoluções dos imóveis com baixo potencial de geração de renda no final de 2010 e as vendas dos imóveis com alto valor patrimonial no ano de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, alinhado com o aumento da arrecadação apurados no último ano, pode-se atingir um índice de rentabilidade do ativo imobiliário de 5%.

5.3 Gestão da Carteira

No ano de 2019, mercado imobiliário não apresentou sinais expressivos de recuperação, como resultado dos esforços da administração neste período, foram cumpridos 5 mandados de reintegração de posse, viabilizando que imóveis ocupados irregularmente gerem renda através da venda ou ocupação.

Por fim, diversas outras atividades de gestão foram executadas no exercício, como a realização de parcelamentos de débitos, encaminhamento de 48 processos para inscrição em Dívida Ativa de ocupantes inadimplentes, em continuidade ao processo de aperfeiçoamento da gestão da carteira imobiliária.